



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SAD
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS - COSEG
SEÇÃO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA - SAREN**

TERMO DE REFERÊNCIA N.º08/2019

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa ou profissional especializado em engenharia civil para elaboração de projeto executivo estrutural para a reforma da Sede do TRE-CE. **CATSER 20060**

2. FINALIDADE

2.1 Elaboração projeto executivo de estrutura de concreto armado ou metálica para suporte de vão aberto na portaria do prédio.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Durante a reforma do prédio da Secretaria do TRE-CE foi necessária a abertura de vão em uma das paredes laterais da portaria, e, após a abertura ficou constatado tratar-se de encontro de duas lajes, sendo que uma delas não possui viga de borda.

3.2 Assim, para garantia da estrutura e dos usuários da edificação, faz-se necessária a execução de emento estrutural para transferência da carga que estava apoiada na alvenaria demolida.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1. Elaboração de projeto executivo estrutural, de concreto armado ou metálica, para execução de elemento (s) de transferência de carga na área do vão aberto na lateral da portaria.

4.2. O Projeto Executivo deverá vir acompanhado da respectiva Anotação de Registro Técnico ou Registro de Responsabilidade Técnica;

4.3 Os projetos de engenharia devem ser apresentados em 02 (duas) vias físicas, plotados em papel sulfite com escala apropriada para os desenhos e 01 (uma) via digital em arquivo. DWG, .DOC ou .DOCX e .XLS ou .XLSX disponibilizado em CD.

4.4 O memorial de cálculo deve apresentar os parâmetros de entrada de cada solução e o desenvolvimento das soluções com notas explicativas.

5. PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

5.1. A contratada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato para elaboração e entrega de todo o material especificado neste termo de referência;

5.2. A entrega de todo material, objeto deste termo de referência, deverá ser feito em endereço em Fortaleza-CE na sede desse TRE-CE, situada na rua Jaime Benévolo, n.º 21, Centro – Fortaleza/CE;

6. DA PROPOSTA

6.1. A proposta comercial deverá conter declaração formal, assinada por seu responsável técnico, sob as penas da lei, de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do serviço a ser prestado, não podendo apresentar questionamentos futuros acerca da inviabilidade de execução do objeto;

6.2. A Licitante deverá incluir em sua proposta, os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto, incluindo materiais e serviços para elaboração de dos laudos e projetos em conformidade com as descrições presentes no item 4, não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível;

6.3. A proposta deverá ser apresentada em valor único, contendo os valores dos laudos, dos projetos e todos elementos exigidos neste Termo de Referência. Deverá conter data de apresentação da proposta e prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias

6.4. Incluir na sua proposta, todas as despesas diretas e indiretas, tais como: aquisição de materiais, emprego de equipamentos, deslocamento de funcionários, mão de obra e encargos sociais;

6.5 O critério de escolha será o de menor preço global da proposta

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica-profissional, o(a) Licitante deverá indicar expressamente, no mínimo, um profissional de nível superior, que será o responsável técnico pelo serviço, em cujo acervo, registrado no CREA ou CAU, conste Certidão de Acervo Técnico

– CAT, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por execução de serviços de característica semelhante ao objeto desta Contratação.

7.2. A comprovação da natureza da relação profissional com a empresa licitante é obrigatória. Entretanto, poderá ser dispensada caso o profissional indicado conste como responsável técnico da empresa perante o CREA ou CAU.

7.3. A comprovação da natureza da relação do profissional com a empresa licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

7.3.1. sócio: contrato social e sua última alteração;

7.3.2 diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

7.3.3 empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria, e ainda a declaração de futura contratação de profissional;

7.4. Para caracterização de semelhança serão considerados projetos em estrutura de concreto ou estrutura metálica.

7.5. O atestados(s)/declaração(ões) de capacidade técnica deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.6. A Licitante deverá apresentar comprovação de registro e quitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do estado de origem, tanto da Licitante, pessoa jurídica, quanto do Responsável Técnico indicado para realização dos trabalhos.

7.7. A comprovação de registro, tanto da Contratada quanto do Responsável Técnico indicado, no CREA-CE ou CAU-CE, deverá ser apresentada até a data do início da execução dos serviços.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Celebrar o contrato no prazo de 10(dez) dias úteis, contados da devida convocação;

8.2. Informar, após assinatura do contrato, o endereço da sede da empresa, número de telefone, fax e correio eletrônico;

8.3. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais relacionadas ao objeto deste termo de referência, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho;

8.4. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços;

8.5. Responsabilizar-se integralmente por qualquer dano causado por seus empregados, quer seja a terceiro ou ao patrimônio do TRE/CE;

8.6. Incluir na sua proposta, todas as despesas diretas e indiretas, tais como: aquisição de materiais, emprego de equipamentos, deslocamento de funcionários, mão de obra e encargos sociais;

8.7. Fornecer aos funcionários envolvidos nos serviços, os Equipamentos de Segurança Individual, conforme prevê a legislação trabalhista, sendo que a não observação poderá ensejar a interrupção do serviço, ficando a CONTRATADA sujeita às cominações legais;

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste instrumento e da nota de empenho resultante desta contratação;

9.2. Fornecer ao Contratado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato;

9.3. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;

9.4. Nomear os gestores de contrato, servidores de seu quadro de funcionários, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento do Contrato;

9.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. A Contratante efetuará o pagamento mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30(trinta) contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto os pagamentos decorrentes de despesas até R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscientos reais) que serão efetuados no prazo de até 5(cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura;

9.2. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias;

9.3. Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de

2012. Após o recebimento definitivo de todo o serviço contratado, o gestor certificará a nota fiscal e encaminhará a mesma à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

10. SANÇÕES PARA CASOS DE INADIMPLEMENTO

10.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE-CE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito à ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações legais;

10.2. O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência por escrito;
- b) multa moratória de 0,5%(zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do empenho, por dia de atraso injustificado no cumprimento dos prazos constantes do item 5 desse Termo de Referência, limitada ao percentual máximo de 5% (cinco por cento);
- c) multa de 5%(cinco por cento) sobre o valor total do empenho, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste termo de referência;
- d) multa de 10%(dez por cento) sobre o valor total do empenho, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2(dois) anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

10.3. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.4. As sanções estabelecidas nos itens 10.2.a, 10.2.e, 10.2.f e 10.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com aquelas previstas nos itens 10.2.c e 10.2.d, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

10.5. Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

10.6. Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação;

10.7. Após o trânsito em julgado do processo de aplicação de penalidade, o valor da multa porventura aplicada a CONTRATADA será descontado automaticamente da nota fiscal a que vier fazer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à contratada GRU e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº. 6830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

11. VISITA TÉCNICA

11.1. A empresa interessada em participar do certame licitatório, deverá realizar vistoria técnica na Sede do TRE-CE.

11.2. Para tanto, faz-se necessário o agendamento prévio em horário de expediente com a Seção de Arquitetura e Engenharia (saren@tre-ce.jus.br);

11.3. Tendo em vista a realização da vistoria, os **licitantes e futuro contratado** não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.

12. VIGÊNCIA

12.1. O Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2019, com termo inicial a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A Execução do presente contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Gestor devidamente nomeado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a obra, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93);

13.2. A presença da fiscalização no local dos serviços não diminuirá a responsabilidade da empresa CONTRATADA em qualquer ocorrência, atos, erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a eles relacionadas;

13.3. Os gestores e fiscais do contrato, deverão ser os servidores: Gladstone Façanha Barbosa Lima e Ivo Almino Gondim.

Fortaleza, 14 de junho de 2019.

Gladstone Façanha. Barbosa. Lima
Seção de Arquitetura e Engenharia

Márcio Jucá Jereissati
Coordenadoria de Serviços Gerais

De acordo:

Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretaria de Administração
Secretário de Administração